

NOTICIÁRIO

SEMINÁRIO 25 de ABRIL — 10 ANOS DEPOIS

A Associação 25 de Abril assinalou a passagem do 10.º Aniversário do 25 de Abril de 1974 com uma série de iniciativas. A abrir as comemorações são de sublinhar: exposições de Pintura, Fotografia e Cartazes, na SNBA; sessões de Cinema no salão de festas do grupo desportivo do BESCL; espectáculo de Canção de Intervenção no Coliseu dos Recreios e o Seminário «25 de Abril — 10 Anos Depois», realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 2, 3 e 4 de Maio último.

É deste último importante acontecimento científico que pretendemos dar conta, embora de forma incompleta, pois apenas referiremos, com mais pormenor, as sessões a que assistimos. Os três «Ds» de Democratizar, Descolonizar e Desenvolver constituíram-se em núcleos sistematizadores de reflexão sobre os últimos dez anos da sociedade portuguesa. Durante os três dias de duração do seminário muita coisa foi dita e revelada por alguns dos mais reputados especialistas das ciências sociais e por alguns dos mais importantes protagonistas de acontecimentos particularmente marcantes da actual realidade portuguesa nas suas múltiplas dimensões — social, económica e política. A avaliação da real importância desta realização só poderá ser feita mediante um estudo atento dos textos que serviram de base às comunicações apresentadas e cuja publicação aguardamos para breve.

DEMOCRATIZAR — O Sistema de Ensino foi tema para comunicações de Rui Grácio, Aldónio Gomes, António Brotas e Hermano Saraiva; a Comunicação Social contou com os contributos de Adriano Rodrigues, Augusto Carvalho, Cesário Borga e Mário Mesquita e o Sistema de Valores com Eduardo Cortesão, António Rego, António Vitorino de Almeida, Helena Cidade Moura, Cecília Barreira e Rangel de Lima. Finalmente sobre o Sistema de Relações do Poder Político debruçaram-se José Medeiros Ferreira, que analisou a natureza do sistema político constituído no 25 de Abril; Joaquim Aguiar, que se ocupou dos últimos dez anos, descrevendo com algum detalhe e polémica as características fundamentais do sistema político e apontou vários cenários possíveis para a sua transformação; Boaventura de Sousa Santos, que abordou a questão do Estado no pós-25 de Abril, analisando de uma forma bem sistematizada e original as crises de hegemonia e da administração que conduziram à paralisia do Estado e também à sua preservação sem mudanças qualitativas e, por último, Eduardo Lourenço, que se interrogou sobre o carácter revolucionário do 25 de Abril, enquadrando este movimento na história das revoluções portuguesas e europeias.

DESCOLONIZAR — A temática da descolonização foi aquela que mais atenções polarizou e mais polémicas gerou. Os razões parecem-nos assentar no facto de, pela primeira vez, um público alargado ouvir os mais directos participantes numa dimensão particularmente marcante da sociedade portuguesa do pós-25 de Abril e relativamente à qual ainda se faz sentir um certo mal-estar. Alguns dos militares protagonistas do 25 de Abril de 1974 e do período que se seguiu até 25 de Novembro de 1975, escreveram as suas memórias, revelaram-nos discussões internas ao MFA, deram-nos a conhecer documentos de estratégia militar e de análise política, mas nada nos tinham dito do processo de descolonização, dos acordos feitos e dos inviabilizados, das diferentes concepções de descolonização, etc. Mas na Gulbenkian estiveram Carlos Fabião, Sousa Meneres, Mário Tomé, Melo Antunes, Pezarat Correia, Victor Crespo, Rosa Coutinho e ainda outros militares como Costa Gomes, que não apresentaram qualquer comunicação mas participaram nos debates, em particular sobre questões relativas à situação militar em cada uma das antigas colónias envolvidas em lutas de libertação e às políticas e aos processos de descolonização.

O debate foi dominado pelas intervenções dos militares que procuraram questionar as ideias feitas sobre o processo de descolonização, à luz das experiências que viveram. Neste campo é de salientar o confronto entre Rosa Coutinho, Costa Gomes e Mário Tomé na apreciação do processo de Angola e Timor-Leste. Sobre este último, a parte da descolonização que está por fazer, Mário Tomé foi particularmente incisivo nas intervenções que fez. Victor Crespo fez uma longa e detalhada exposição sobre a descolonização, em geral, e sobre o caso de Moçambique, em particular, salientando os recursos financeiros que no período de transição foram canalizados para as ex-colónias e referindo-se especialmente a uma das características do colonialismo português — a deficiente integração das populações na administração devida à fraca formação dos colonos portugueses que assim ocupavam mesmo os lugares inferiores.

Polémicas foram também as comunicações de Eduardo Sousa Ferreira, que defendeu a ideia de que Portugal foi bem sucedido, enquanto potência colonizadora, ao proceder à integração das antigas colónias na Divisão Internacional do Trabalho e de Luis Moita, que afirmou a existência de critérios bem definidos para uma política de descolonização, embora fossem resultado da tensão gerada entre uma prática de negociações com os partidos representantes das guerras de libertação e a adopção do princípio de sufrágio universal para constituição de assembleias constituintes.

DESENVOLVER — O terceiro «D», de Desenvolver, é tido geralmente como o objectivo não realizado do programa do MFA. O debate centrou-se à volta de um conjunto diverso (disperso até) de comunicações mas culminou bem com um painel de encerramento que constituiu o ponto mais alto desta sessão. Participaram Mário Murteira, Américo Ramos dos Santos, Armando de Castro, Manuela Silva, Alfredo Marques e Augusto Mateus. Em causa estiveram principalmente os caminhos que a economia portuguesa deve vir a trilhar, as relações entre a democratização e o desenvolvimento e a importância da formação de recursos humanos.

Virgínia Ferreira